

REGISTROS DE SER PROFESSOR NO PIAUÍ ENTRE 1951 A 1961

JANE BEZERRA DE SOUSA

UFPI. E-mail: jane_bezerrasousa@yahoo.com.br

SUZANA RODRIGUES DE OLIVEIRA

UFPI. E-mail: suzanarodrigues2000@hotmail.com

Introdução

O ensino no Estado do Piauí no período de 1951 A 1961 ainda era regido pela reforma de 1947, estabelecida pelos decretos lei nº 1.306 de 02/09/1947 e nº 1.402 de 27/01/1947, como mostra (BRITO, 1996) e enfrentava diversos problemas devido às sucessivas mudanças no comando do executivo estadual, isso prejudicava profundamente todos os setores administrativos, inclusive a educação que funcionava em situação precária, principalmente o ensino primário e secundário.

No governo de José da Rocha Furtado no Estado do Piauí (1947-1951) o Ministério da Educação (MEC), decidiu firmar convênios para construir prédios escolares, que beneficiaria alguns municípios do estado, por exemplo: São Raimundo Nonato, União, Floriano, Campo Maior e Teresina, mas com a falta de compromisso por parte das autoridades locais não foi possível realizar com sucesso tais convênios, devido à comprovação de irregularidades conforme (MENDES, 2012). Os convênios com o Ministério da Educação (MEC) não foram concretizados por questões políticas, principalmente as inadimplências por partes dos mesmos, além da constatação de que os locais de construção de tais prédios eram inadequados.

Para Mendes (2012) o estado do Piauí ficou desacreditado junto ao Ministério da Educação (MEC) além de enfrentar o descontentamento da população devido à falta de qualidade no ensino, locais de ministrar aulas inadequados, o professor primário não dispunha de prestígio e respeito por parte dos políticos como bem

demonstra as notas jornalísticas do período pesquisado. Este era parte de um quadro de descaso para com a educação piauiense.

Durante o mandato do governador Pedro de Almendra Freitas (1951-1955) não foi exigido concurso público para ocupação do cargo de professor sendo apenas contratado, o que pode ser observado no trecho da matéria abaixo publicada no jornal *Do Comercio* no ano de 1953 demonstrando a desvalorização dos educadores primários no Estado do Piauí que recebiam salários comparados ao de um mendigo...

Todavia, o professor contratado apesar de profissional, é considerado, numa injustiça gritante, uma figura inferior; sujeita as exigências mais ridículas, quer das diretorias dos grupos escolares, quer do próprio corpo de inspetores e técnicos do Departamento de Educação, o professor primário contratado, não devia ser relegado ao abandono além de ser obrigado a assinar o ponto às 7 horas da manhã, quer chova, quer faça sol, sem um minuto de tolerância, numa terra onde o leiteiro e o padeiro só chegam depois desse horário. Nos grupos escolares da capital, existem muitos, numerosos mesmos como existem em outras localidades, exercendo a nobilitante missão de instruir a mocidade piauiense, percebendo vencimento de esmoler. O que acontece e ninguém ainda não se abalou examinar o caso, é que esses professores contratados pelo estado, deles com mais de 15 anos de serviços público, recebem, na sua quase totalidade, em paga dos esforços e energia diária despendida, no seu altruísmo labor, apenas, uns minguados Cr\$ 400,00 mensais. Uma classe, a que mais trabalha e tem sobre os ombros imensas responsabilidades, continua a marcar passo, a ser relegado ao abandono dos políticos e dos administradores. É o professor extranumerário servindo á instrução primária do Piauí (O PROFESSOR... 1953, p.5).

Ser professor neste mesmo período representava instruir a mocidade, havia uma parcela mínima de educadores que tinha ao que é possível concluir pelas notícias da imprensa, o devido

respeito pela sua profissão, estes não eram professores primários, além de serem docentes de nível mais elevado, pertenciam à elite Piauiense, ministravam aulas na faculdade de Direito do Piauí, eram submetidos a concurso público como é possível notar na matéria publicada no jornal “A cidade” de 1951, em que um juiz de Direito é submetido a tal concurso.

Estamos seguramente informados, de que o Dr. José de Sales Lopes é candidato a uma cadeira de professor da nossa Faculdade de Direito. Pretende o ilustrado juiz da capital submeter-se a um concurso porque como ele mesmo o diz, isto corresponde a uma velha aspiração dos seus tempos de mocidade. Os moços da Faculdade de Direito, ansiosos de saber e de cultura, aguardam o novo professor (PROFESSOR..., 1951, p.1-4).

Outro estabelecimento de ensino superior citado nas notícias e frequentado pelas elites piauienses era chamada de Escola Industrial, os docentes frequentavam cursos de férias fora da capital com o objetivo de aperfeiçoamento de estudos pedagógicos e formação contínua em métodos mais modernos:

Estabelecimento modelar de ensino que presta incalculáveis serviços à mocidade estudiosa do Piauí. Anualmente, seus professores frequentam cursos de férias organizados na capital da república ou em outras capitais, onde têm a oportunidade de identificar-se com os métodos pedagógicos modernos e técnica de trabalho as mais aperfeiçoadas. Um serviço de educação vocacional, dirigido por profissional especializado, no assunto, está em pleno funcionamento, assistindo o educando como guia e amigo, em todas as fases e cometimentos, orientando-o e dirigindo-o para as atividades mais adaptáveis às suas tendências e formação, o que é obtido em testes e observações abalizados (EDUCAÇÃO, 1954, p.5).

Notamos que havia por parte dos governantes uma preocupação com a formação de professores do ensino secundário e su-

perior, é possível afirmar isso com base na gestão do governador Pedro de Almendra Freitas (1951-1955) que tinha interesse em enviar professores desses estabelecimentos de ensino acima citados para cursos de formação contínua. O envio de educadores para aperfeiçoamento fora da capital piauiense era também justificado pela necessidade em buscar o conhecimento de novas metodologias e maior embasamento pedagógico.

Neste período, existia também a escola intitulada “Ginásio Desembargador Antonio Costa” que era destinado ao ensino primário e secundário, esta ocupava lugar de destaque na sociedade teresinense, vista com bons “olhos” pelos governantes, os respectivos donos eram os professores Domicílio Magalhães e Melo Magalhães, filhos de uma família tradicional da capital, ambos tinham quase todos os dias discursos publicados em cada jornal de grande circulação na época, principalmente nos jornais O Dia, A Cidade, O Estado do Piauí dentre outros, os mesmos eram chamados de ilustres, mestres e doutores, tais adjetivos caracterizados por empenhar-se na qualidade de ensino na escola que dirigiam, conforme o trecho: “Os ilustres patrícios, Drs. Melo Magalhães e Domicilio Magalhães, Diretores proprietários do Ginásio Des. Antonio Costa, da vizinha capital piauiense, separada pela fronteira do Parnaíba” (UMA ENTREVISTA..., 1952, p.3-4).

O corpo docente desta instituição também era bem conceituado, acredita-se que a escola era destinada a população mais abastada do estado, apesar de que em muitos discursos foi possível identificar que o poder público destinava recursos públicos para as despesas desse estabelecimento de ensino. Aqui vale destacar trechos de uma entrevista concedida pelos proprietários Domício e Melo Magalhães no ano de 1952 no jornal “A Cidade”.

Ora, o nosso Ginásio conta atualmente, com quase 150 alunos, concedendo matriculas gratuitas aproximadamente a 50% deles. Seria de justiça, portanto, que o governo do nos-

so Estado dispensasse melhor atenção aos nossos espelhos (UMA ENTREVISTA..., 1952, p.3-4).

Nesse trecho é possível compreender que os referidos proprietários conclamavam aos políticos que investissem numa escola privada, ao que parece, o Governador Pedro de Alencar (1951-1955) atendia tais apelos. Durante esta administração também foram construídas em 1951 (32 escolas e 3 grupos), 1952 (25 escolas e 1 grupo) e em 1953 (21 escolas e dois grupos). O esforço do Governo em manter em dia e elevar frequentemente os convênios com a união trouxe benefícios ao ensino no Piauí. Assim é que, através do Departamento de Educação foram recebidos tais prédios.

Para Mendes (2012), por motivos de novas e antigas inadimplências, os convênios com o Governo Federal e o Estado do Piauí, no sentido de construção de novas unidades escolares foram suspensos nos anos de 1953, 1954 e 1955. Para o autor citado o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), a partir de 1953 firmou convenio diretamente com os municípios afim de não prejudicar o estado de forma tão direta, tudo isso ocorreu por falta de compromisso daqueles que pertenciam às autoridades maiores no estado do Piauí (MENDES, 2012, p. 213-214). Assim com as verbas vindo diretamente do Governo Federal para os municípios foi possível construir o bom número de escolas primárias rurais. Nesse sentido houve até mesmo uma valorização no quadro do professorado primário da época.

Em 1955, o INEP realizou no Rio curso de especialização em orientação do ensino do qual participaram os professores Piauiense Carmélia Maria de Oliveira Fortes e Itamar Sousa Brito ao término do curso os bolsistas piauienses apresentaram ao Diretor do INEP, prof. Anísio Teixeira, um projeto que incluiu, além de construção e equipamentos de escolas, a realização de cursos de treinamentos no período das férias (BRITO, 1996, p.111).

Isso foi algo para ficar na história do professorado primário piauiense, em se tratando de classe merecida de todo respeito e dedicação, era um gesto digno, comprovava o zelo e o amor ao ensino primário e secundário piauiense, apesar de que foram poucos educadores nesta primeira participação de cursos de aperfeiçoamento fora da capital do estado do Piauí, começava timidamente o empenho dos políticos para com o professorado e porque não dizer também ao alunado desta capital, também o número de matrículas vinha aumentando a cada ano.

Com a ida de alguns professores primários piauienses integrando mais ainda com o embasamento pedagógico moderno em outra capital foi bastante empolgante para o magistério piauiense, porque começava a ganhar prestígio e valor. Para os educadores era uma luz necessária, pois com isso os governantes poderiam ter um olhar reflexivo e pagar um salário a altura desses mestres. Nesse sentido e com essa credibilidade dos docentes foi aprovado o projeto do primeiro curso de férias para professores primários em Teresina capital do estado do Piauí, no ano de 1956, tendo como orientadora a professora Consuelo Pinheiro, designada pelo INEP, especialmente para ministrar esse curso para as professoras primárias piauiense.

Os resultados desse primeiro curso de férias foram animadores, quer pelo grande interesse despertado no magistério primário, notadamente por parte daqueles que, oriundos de diferentes regiões do estado, dele participaram, quer pelos resultados positivos registrados na rede escolar (BRITO 1996, p.111).

A preocupação com a formação continuada dos professores primários no Piauí ia muito bem, que segundo Brito no dia 06/02/1956 foi inaugurado, o centro de recreação do Magistério piauiense – CERMAP, instituição que passa a se responsabilizar pelos professores primários do estado do Piauí, um grande avanço para o magistério.

O Governo do general Jacob Manuel Gaioso e Almendra (25/03/1955-25/03/1959), foi decisivo na resolução dos proble-

mas que afetavam a educação: conclui todas as obras inacabadas de escolas iniciadas em administrações anteriores, cumpriu os convênios firmados para o período 1946-1952, apresentou junto ao MEC um projeto especial para o desenvolvimento da educação para o triênio 1956/1958, reabilitando o Estado do Piauí junto ao Ministério da Educação (MENDES, 2012, p.214).

Para Mendes (2012) o Estado precisava de um governador como o general Gaioso, conhecedor da necessidade da população piauiense, logo mostrou interesse pela educação, demonstrando entender que a carreira do magistério primário precisava de apoio e interesse por parte dos mesmos e como a sociedade se desenvolveria sem a educação em primeiro plano.

O ano de 1957 vale destaque, porque é marcado por forte desprezo e falta de atenção por parte dos governantes do estado do Piauí, apesar da força de vontade mostrada pelo o governador Jacob Manuel Gaioso e Almendra (1955-1959) logo no início de sua gestão essa empolgação não foi concretizada. No ano de 1956 o jornal O Dia no mês de setembro publicou uma matéria referente ao mau comportamento de algumas professoras primárias e secundárias de Teresina

Temos o intuito de apenas contribuir com criticas elevadas e sensatas para que o magistério piauiense se capacite das imensas responsabilidades que lhe pesam sobre os ombros a fim de que, assim procedendo, o governo também se capacite das suas. Não olhamos a dignidade e a importância da função educativa através de um copo de cerveja que o professor beba ou deixe de beber. Somos também levados a reconhecer que em Teresina existem professores de altos méritos, intransigentes cumpridores de seus deveres, estudiosos e dedicados realmente á grande, a magnífica obra de educar, que tanto exige sobretudo desprendimento e desambição, além, está claro, de persistentes esforços, dedicação e, mais até sacrifícios (O PROBLEMA..., 1956, p. 1-3).

A notícia acima revela a herança dos discursos do início no século XX no Piauí em que ser professor representava missão, vo-

cação, comportamento moral e sacerdócio. Nos anos 1950 a vida pessoal poderia influenciar; segundo a sociedade da época, nos educandos que ali buscavam a luz do saber com aqueles educadores, portanto para ser professor nesse período é ir além de receber bons salários, é amor a profissão e moralidade indispensável.

A situação do ensino primário no Piauí estava tão complicada no ano de 1957, que o romancista, poeta e professor Orlando Geraldo Rego de Carvalho vem por meio de o jornal O Dia fazer um apelo ao arcebispo de Teresina Dom Avelar Brandão Vilela, fundador da Faculdade de Filosofia do Piauí que naquele mesmo ano inaugurava a referida faculdade, um conhecedor e defensor da educação, religioso influente na cidade, pedindo que o mesmo olhasse com "bons olhos" o ensino primário na capital, pois enfrentava momentos de crises.

A situação do ensino primário no Piauí é a mais triste. Nunca o estado descuidou tanto desse problema, como agora. Remunerando pessimamente as professoras, que com 21 anos de serviço percebem pouco mais de Cr\$ 1.500,00, nomeando leigas ao capricho dos coronéis, demitindo as diplomadas pela a política de transferência, o governo parece ter ódio das crianças em idade escolar (REGO, 1957, p.3).

Isso demonstra a insatisfação e o possível desespero das professoras que depois de tantos anos exercendo a profissão mais desprotegida de todas, ainda estava sendo demitida sem direito a nada, aceitavam a demissão sem argumentar seus direitos, apesar de terem passado anos recebendo salários inferiores a árdua profissão, foram anos de deveres cumpridos afinal exerciam com muito orgulho o magistério, seus direitos os governantes não queriam pagar.

É possível entender a falta de credibilidade do Magistério Primário através das matérias jornalísticas, afinal estes discursos publicados nos jornais foram escritos por pessoas que vivenciaram tal situação, por exemplo, quando a professora Cristina Leite publi-

cou uma matéria expondo seu ponto de vista sobre a profissão docente no Piauí no jornal O Dia de 1958, demonstrou sua indignação:

A professora primária, economicamente falando, está no pé de igualdade que um simples operário e o soldado de polícia não categorizado. Ela estudou muito tempo, gastou dinheiro, adquiriu o brilho espiritual; o operário, o soldado quase nada gastou ou fizeram para ser o que são e, relativamente, ganham melhor; um tem técnica da arte, o outro da guerra. Diante de um e de outro, em face das circunstâncias financeiras, a professora, o facho de luz fica reduzida a um vidro opaco, pois que saco vazio vai perdendo, perdendo até cair no chão (LEITE, 1958, p.3).

As discussões em torno do ensino primário no Piauí continuam e a cada dia são realizadas mais exigências ao professorado como: técnicas inovadoras, adaptações a métodos de ensino, mais embasamento pedagógico, dentre outras. Nessa perspectiva educacional que o Piauí vinha enfrentando no decorrer do período estudado entre 1951 a 1961, é interessante mencionar que o Brasil vinha enfrentando momentos conturbados politicamente isso afetava significativamente o Estado do Piauí e a profissão docente primária no estado do Piauí foi novamente destacada na página do jornal O Dia de 1960, pela professora Aurora Cunha e Silva “Não conheço profissão espinhosa e difícil do que a do magistério, nem outra mais nobre do que ela. Instruir e educar. Eis a missão sublime do professor” (CUNHA, 1960, p.6).

O Governador Francisco das Chagas Caldas Rodrigues (1959-1962) deveria reconhecer que a sociedade piauiense necessitava de cultura e isso seria possível se houvesse um investimento com compromisso e seriedade por parte dos mesmos, era preciso deixar as promessas do discurso político e coloca-las na prática, tais como: pagar salários dignos para os educadores, construir prédios escolares favoráveis e com qualidade que contemplassem o ensino e a aprendizagem. Observe o descontentamento do professorado primário piauiense em 1960:

O governador Chagas Rodrigues não era um estranho ao professorado secundário de Teresina, que o conhecia através de longa atuação parlamentar. Nunca foi o deputado Chagas Rodrigues hostilizado, aqui por professores, nem receberam este sinal algum de hostilidade de parte do político e deputado. De novembro a esta parte, tem o governador Chagas Rodrigues, injustamente, promovido verdadeira guerra contra o magistério oficial Teresinense- guerra de aflição, de aniquilação como todas as guerras, e ainda, mas intensamente uma guerra de destruição de incentivo: sim, porque se está matando no professor o esforço, a dedicação, o cumprimento do dever, o amor do estado e da disciplina (NOVA..., 1960, p.6).

A partir das análises das notícias dos jornais sobre a educação piauiense no período de 1951 a 1961, este trabalho realizou estudos do processo histórico social educacional dos professores piauienses na década de cinquenta do século XX pesquisando seus movimentos, seus direitos, deveres, lutas, resistências, conquistas no intuito da possibilidade de uma educação com padrões de ação coletiva, na busca da construção de uma sociedade justa e igualitária. Desse modo é possível apontar que a profissão docente no Piauí neste período, era bastante numerosa e existia distinção entre educadores primários e secundários/superior. Estes últimos ministravam aulas em locais mais apropriados e recebiam salários considerados melhores para época.

Portanto diante da pesquisa é possível compreender que o magistério é uma profissão que desde sempre procurou ocupar espaço na sociedade com dignidade e respeito, o que no período de 1951 a 1961 não foi colocada em primeiro plano por partes das autoridades competentes. Então ser professor primário e secundário nesse momento é ser idealista, ter amor e dedicação acima de tudo, pois os salários que recebiam eram deprimentes, só mesmo os ideais de sacerdócio e vocação é que conseguiam manter professores ministrando aulas em locais inapropriados, além de não ter

nenhuma garantia de enquadramento funcional com regimentos justos, uma vez que, eram apenas contratados. Muitos deles depois de anos de luta no magistério eram demitidos sem nenhum direito, representando um sacrifício desempenhar a profissão docente.

Referências Bibliográficas

- BRITO, Itamar Sousa. *Historia da Educação no Piauí*. 1. ed. Teresina: Edufpi, 1996.
- CUNHA, Aurora e Silva. Tarefa delicada é a do professor. *O Dia*, n. 768, Teresina, PI, p.6, 1º. Mar. 1960.
- EDUCAÇÃO. *O Piauí*, n.883, Teresina, PI, p.1-9, 01 Jan.1954.
- ESCOLA industrial. *O Piauí*, n.883, Teresina, PI, p.5, 01 Jan.1953.
- LEITE, Cristina. A Professora primária. *O Dia*, n. 526, Teresina, PI, p.3, 5 Jan.1958.
- MENDES, Francisco Iweltman Vasconcelos. *História da Educação Piauiense*. Sobral: egus, 2012.
- NOVA biologia para as férias do magistério. *Jornal do Piauí*, n. 787, Teresina, PI, p.6, 24 Jan. 1960.
- O PROBLEMA do magistério. *O Dia*, n.387, Teresina, PI, p.1-3, 02 set.1956.
- O PROFESSOR extranumerário. *Do Comércio*, n.997, Teresina, PI, p.5, 8 mar. 1953.
- PROFESSOR Sales Lopes. *A cidade*, n.77, Teresina, PI, p.1-4, 21 set. 1951.
- REGO, Orlando Geraldo de Carvalho. Ensino Primário no Piauí. *O Dia*, n.484, p.3, Teresina, PI, p.3, 11 ago.1957.
- UMA ENTREVISTA com dois jovens e ilustres piauienses, *A Cidade*, n.56, Teresina, PI, 8 fev. 1952.